11.º

A administração pode nomear mandatários nos termos do Código das Sociedades Comerciais.

12.º

Aos administradores competem os mais amplos poderes de gerência e administração, podendo validamente decidir sobre a venda e aquisição de bens imóveis e bens móveis sujeitos a registo.

13.º

A sociedade obriga-se pelas assinaturas conjuntas do presidente e do vice-presidente ou pela assinatura de mandatário nos termos do mandato.

Fiscalização

14.º

A fiscalização dos negócios da sociedade incumbirá a um fiscal único, que será obrigatoriamente revisor oficial de contas, e haverá um suplente, ambos eleitos pela assembleia geral.

Disposições comuns

15.º

- 1 — É de quatro anos a duração do mandato dos órgãos sociais.
- 2 — Os membros dos órgãos sociais mantêm-se no exercício pleno das suas funções, mesmo para além do termo do mandato, até à posse efectiva dos seus substitutos.
- 3 — Para o quadriénio de 2005 a 2008 ficam desde já nomeados os seguintes administradores:

Rosa Maria de Andrade Gomes, divorciada, residente na Rua de Bento Jesus Caraça, lote E-26, Montijo, que será a presidente;
Jorge Miguel Gomes Dimas, casado, residente na Avenida de Nuno Álvares Pereira, 50, 2.º, direito, Setúbal, que será o vice-presidente;
Maria Joaquina Balona Santos Dimas, casada, residente na Avenida de Nuno Álvares Pereira, 50, 2.º, direito, Setúbal, que será a vogal.

Está conforme com o original.

18 de Maio de 2005. — (Assinatura ilegível.)

2007721163

KAPOTAS — ACTIVIDADES HOTELEIRAS, L.ª

Anúncio n.º 6291/2007

Conservatória do Registo Comercial de Sintra. Matrícula n.º 21 889; identificação de pessoa colectiva n.º 507073797; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 02/20041119.

Certifico que entre Francisca Neves Fernandes Encarnação Valente e David César Gouveia Ramos foi constituída a sociedade supra-referida, que se rege pelo seguinte contrato:

Artigo 1.º

Denominação

É constituída uma sociedade comercial por quotas com a firma KAPOTAS — Actividades Hoteleiras, L.ª

Artigo 2.º

Sede e outras representações

- 1 — A sede social é na Estrada do Marquês de Pombal, 47, loja B, Rinchoa, freguesia de Rio de Mouro, concelho de Sintra.
- 2 — Por simples deliberação a gerência poderá deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como criar sucursais, agências, delegações ou outras formas locais de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

Artigo 3.º

Objecto social

- 1 — A sociedade tem por objecto social a actividade de restauração com lugares ao balcão (*snack-bar*).

Artigo 4.º

Capital social

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de € 5000, correspondente à soma de duas quotas iguais do valor nominal de

€ 2500, uma de cada um dos sócios Francisca Neves Fernandes Encarnação Valente e David César Gouveia Ramos.

Artigo 5.º

Prestações suplementares

Poderão ser exigidas aos sócios prestações suplementares até ao montante global máximo de € 10 000, na proporção das respectivas quotas, desde que aprovada por deliberação unânime.

Artigo 6.º

Gerência e administração

- 1 — A gerência e administração da sociedade, bem como a sua representação em juízo e fora dele, quer activa quer passivamente, fica a cargo dos seus gerentes, dispensados de caução, com ou sem procuração, conforme vier a ser deliberado em assembleia geral.
- 2 — A sociedade pode constituir mandatários para os fins consignados no artigo 256.º do Código Comercial.
- 3 — A gerência da sociedade será ou não remunerada conforme for deliberado em assembleia geral, podendo a remuneração consistir, total ou parcialmente, em participação nos lucros da sociedade.
- 4 — Ficam desde já nomeados gerentes os sócios Francisca Neves Fernandes Encarnação Valente e David César Gouveia Ramos.
- 5 — Estabelece-se como suficiente a assinatura de um dos gerentes nomeados ou de quem o represente legalmente para obrigar validamente a sociedade.
- 6 — À gerência da sociedade é permitido adquirir, alienar, onerar, dar e tomar de arrendamento bens imóveis, bem como adquirir, alienar, onerar e locar bens imóveis e estabelecimentos comerciais ou industriais.
- 7 — Fica expressamente proibido aos gerentes obrigar a sociedade em fianças, avales e abonações ou outros actos semelhantes, sob pena do infractor ser responsabilizado pessoal e ilimitadamente pelos actos em que intervenha, sendo, além disso, responsável para com a sociedade pelos prejuízos que, com a sua actuação, lhe causar.

Artigo 7.º

Cessão de quotas

- 1 — A cessão de quotas, no todo ou em parte, é livremente permitida entre os sócios.
- 2 — A cessão a estranhos carece do consentimento da sociedade, a qual goza do direito de preferência em primeiro lugar e os sócios não cedentes em segundo lugar.
- 3 — Havendo mais de um sócio a pretender exercer o direito de preferência, a quota a ceder será dividida entre os preferentes na proporção das suas quotas.

Artigo 8.º

Amortização de quotas

- 1 — A sociedade poderá amortizar quotas nos seguintes casos:
 - a) Com o consentimento do seu titular;
 - b) Quando a quota for arrestada, arrolada, penhorada ou, em geral, apreendida judicial ou administrativamente;
 - c) Se o respectivo titular as ceder em infracção ao disposto no n.º 2 do artigo 6.º;
 - d) No caso de, por efeito de partilha em vida do sócio, *mortis causa* ou por divórcio, a quota ou parte dela ser adjudicada a pessoa não sócio.
- 2 — A quota amortizada figurará no balanço como tal e, posteriormente, por deliberação dos sócios, poderão, em sua substituição, ser criadas uma ou várias quotas destinadas a ser alienadas a um ou a vários sócios ou a terceiros.

Artigo 9.º

No caso de falecimento ou interdição de qualquer dos sócios, a sociedade prosseguirá as suas actividades com os sócios sobreviventes e herdeiros do sócio falecido e com o representante legal do interdito, os quais deverão nomear um de entre eles que a todos represente na sociedade enquanto a quota se mantiver indivisa.

Artigo 10.º

Assembleia geral

- 1 — As reuniões da assembleia geral serão convocadas por carta registada, ou por protocolo, enviada pelo menos com 15 dias de antecedência.
- 2 — Nas assembleias gerais os sócios podem fazer-se representar por quem entenderem.

Artigo 11.º

Dissolução da sociedade

Em caso de dissolução da sociedade, serão liquidatários todos os sócios, que procederão à liquidação e partilha conforme convencionarem e, na falta de acordo, será o estabelecimento social, com todo o activo e passivo, adjudicado ao sócio que melhor proposta apresentar.

Artigo 12.º

Derrogação

As disposições legais do Código das Sociedades Comerciais podem, por deliberação da assembleia geral, ser derrogadas.

Artigo 13.º

Reserva legal e lucros

Cabe à assembleia geral definir, anualmente, após a aprovação das contas, a parte dos lucros que constituirão a reserva legal e os dividendos a distribuir pelos sócios.

Artigo 14.º

Exclusão de sócio

Sendo um sócio excluído da sociedade por sentença judicial, o valor da sua quota será o valor nominal da mesma.

Artigo 15.º

Direito de regresso

Se qualquer dos sócios vier a pagar dívidas da responsabilidade da sociedade, tem ele direito de regresso contra ela e os demais sócios.

Artigo 16.º

Foro legal

Estipula-se o foro da comarca de Moura como competente para a resolução das questões emergentes do presente contrato, com renúncia expressa a qualquer outro.

19 de Novembro de 2004. — O Ajudante, (*Assinatura ilegível.*)
2006846000

MARTINS & ESTEVES, L.ª**Anúncio n.º 6292/2007**

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 46 504/740213; número de identificação de pessoa colectiva 500382743; inscrições n.ºs 6 e 7; números e datas das apresentações: 14/040805 e 06/040906.

Certifico que foi registado o reforço do capital de € 5000 para € 50 000 e a transformação em sociedade anónima, tendo o contrato de sociedade ficado com a seguinte redacção:

Artigo 1.º

A sociedade adopta a firma Martins & Esteves, S. A., e rege-se pelo presente contrato de sociedade e demais legislação aplicável.

Artigo 2.º

1 — A sociedade tem a sua sede em Lisboa, na Avenida do Infante Santo, 64-C, 1.º, freguesia da Lapa.

2 — O conselho de administração, por simples deliberação, poderá transferir a sede da sociedade para outro local dentro do mesmo concelho ou concelho limítrofe, sempre que o julgue conveniente.

Artigo 3.º

1 — A sociedade tem por objecto a compra e venda de prédios rústicos e urbanos, exploração e aproveitamento económico de prédios próprios, rústicos ou urbanos, desenvolvimento de empreendimentos imobiliários, promoção e comercialização de projectos de urbanização e de desenvolvimento imobiliário.

2 — A sociedade pode, mediante deliberação da assembleia geral, tomar participações em quaisquer outras sociedades constituídas ou a constituir, que tenham objecto diferente ou igual ao seu, em agrupamentos complementares de empresas, consórcios e em sociedades reguladas por leis especiais.

Artigo 4.º

1 — O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de € 50 000, e é representado por 10 000 acções nominativas, com o valor nominal de € 5 cada.

2 — As acções serão representadas em títulos de 1, 2, 5, 10, 20, 50, 100, 200, 1000 e 5000 acções.

3 — Em aumentos de capital realizados em dinheiro, será atribuído aos accionistas direito de preferência na subscrição de novas acções, na proporção das que ao tempo possuírem.

Artigo 5.º

A cada acção corresponde um voto.

Artigo 6.º

Por deliberação do conselho de administração, e observadas as demais condicionantes legais, a sociedade poderá emitir obrigações, nos termos e condições que foram deliberadas em assembleia geral.

Artigo 7.º

Nos termos e dentro dos limites impostos por lei, a sociedade poderá adquirir e deter acções e obrigações próprias, bem como realizar com elas todas as operações que considere convenientes para os interesses sociais.

Artigo 8.º

A assembleia geral representa a universalidade dos accionistas e considera-se validamente constituída se, em primeira convocação, estiverem presentes ou representados accionistas que totalizem mais de 50% do capital social e, em segunda convocação, qualquer percentagem.

Artigo 9.º

Os accionistas deliberam sobre as matérias que lhes estão especificamente atribuídas por lei, bem como sobre todas as questões que não estão compreendidas nas competências dos outros órgãos da sociedade.

Artigo 10.º

1 — As assembleias gerais devem ser convocadas sempre que a lei determine ou as requeiram o conselho de administração, o conselho fiscal ou um ou mais accionistas que possuam acções correspondentes a, pelo menos, 5% do capital social.

2 — A convocação da assembleia geral será feita pelo presidente da respectiva mesa ou por quem o substitua, no prazo e pelos meios estabelecidos na lei.

3 — No caso de a assembleia geral, regularmente convocada, não poder funcionar por insuficiente representação do capital social, será convocada imediatamente uma nova reunião para se efectuar dentro de 30 dias, mas não antes de 15 dias.

4 — Os accionistas podem reunir-se em assembleia geral, sem observância de formalidades prévias, desde que todos os accionistas estejam presentes e manifestem unanimemente a vontade de que a assembleia se constitua e delibere sobre determinado assunto.

5 — Os accionistas poderão fazer-se representar nas reuniões por qualquer outro accionista ou terceiro, mediante carta, dirigida ao presidente da mesa e a quem incumba apreciar e decidir da sua autenticidade, da qual conste a identificação da assembleia e dos assuntos para que o mandato é conferido, podendo os accionistas que sejam pessoas colectivas fazer-se representar por qualquer pessoa.

Artigo 11.º

A mesa da assembleia geral será composta por um presidente, eleito de entre os accionistas ou outras pessoas, nos termos legais, por um mandato de três anos, e renovável por um ou mais vezes.

Artigo 12.º

As deliberações da assembleia geral serão tomadas por maioria dos votos dos accionistas presentes ou devidamente representados, salvo disposição legal que exija maioria qualificada.

Artigo 13.º

1 — O conselho de administração é composto por três membros, accionistas ou não, os quais serão eleitos por um mandato de três anos, renovável uma ou mais vezes.

2 — Os membros do conselho de administração poderão ou não ser dispensados de prestação de caução, em conformidade com a lei.

Artigo 14.º

1 — O conselho de administração reúne, pelo menos, uma vez por mês e sempre que convocada pelo presidente e dois dos seus membros.

2 — Os administradores poderão fazer-se representar nas reuniões do conselho de administração por outros administradores, mediante carta, telecópia ou correio electrónico, dirigidos ao presidente.